

**HABEAS CORPUS Nº 489.102 - PR (2019/0009096-2)**

**RELATOR** : **MINISTRO JORGE MUSSI**  
**IMPETRANTE** : RODOLFO HENRIQUE DE SOUZA  
**ADVOGADO** : REINALDO OREJANA FARIA - PR078336  
**IMPETRADO** : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ  
**PACIENTE** : RODOLFO HENRIQUE DE SOUZA (PRESO)

**DECISÃO**

Trata-se de pedido de reconsideração da decisão proferida pela Presidência desta Corte (fls. 53-54), que indeferiu o pleito liminar, não vislumbrando a existência da excepcionalidade necessária ao abrandamento do enunciado na Súmula n. 691 do STF.

Noticiam os autos que o paciente foi denunciado como incurso nas sanções do art. 33 da Lei n. 11.343/2006.

Nesta via, o impetrante reitera as argumentações do *habeas corpus* e pugna, em síntese, pela revogação da segregação cautelar do paciente, aduzindo a ilegalidade da constrição preventiva na hipótese.

Requer, assim, a reconsideração da decisão anteriormente proferida, para que o paciente seja colocado em liberdade, fixando, caso entenda necessário, medidas cautelares menos gravosas (art. 319 do CPP).

É o breve relatório.

Não há como se reconsiderar a decisão indeferitória.

De fato, não trouxe o impetrante novos argumentos aptos a modificar o que foi decidido, no sentido de se mostrar, a toda evidência, a necessidade de deferimento da liminar pleiteada.

Ante o exposto, **indefere-se** o pedido de reconsideração.  
Publique-se.

Brasília (DF), 18 de fevereiro de 2019.

Ministro Jorge Mussi  
Relator